



Políticas de Desobediência: Indisciplina e violência ou resistência?

Políticas de Desobediencia: Indisciplina y violencia o resistencia?

Disobedience Policies: Indiscipline and Violence or Resistance?

Claudia Macedo Gonçalves

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1225-2179>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Brasil

Hebe Signorini Gonçalves

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1688-9927>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Brasil

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O presente artigo traz o recorte de um estudo que tem como tema os processos de marginalização e criminalização da juventude, pondo em análise seus efeitos para a produção de subjetividade dos jovens por eles afetados. A pesquisa utiliza como metodologia, rodas de conversa com jovens de 13 a 17 anos matriculados em escolas públicas do município do Rio de Janeiro, a partir da inserção de uma das autoras como psicóloga da referida rede. Destaca-se o fato da maior parte da clientela de tais escolas ser composta por jovens pobres, negros e moradores de comunidades. Os encontros das rodas de conversa põem em cena experiências de vida dos alunos que vem a ser criminalizadas por práticas e discursos sociais, e que parecem reiterados pelas escolas. O objetivo da pesquisa é refletir sobre como estes alunos vivenciam os processos de marginalização e criminalização no qual estão diretamente implicados, como tais experiências se presentificam em suas falas e como reverberam na produção de suas subjetividades.

Palavras-chaves: Juventude; Racismo; Criminalização da pobreza.

Resumen

El presente artículo trae el recorte de un estudio que tiene como tema los procesos de marginación y criminalización de la juventud, poniendo en análisis sus efectos para la producción de subjetividad de los jóvenes afectados por ellos. La investigación utiliza como metodología, ruedas de conversación con jóvenes de 13 a 17 años matriculados en escuelas públicas del municipio de Rio de Janeiro, a partir de la inserción de una de las autoras como psicóloga de dicha red. Se destaca el hecho de que la mayoría de la clientela de tales escuelas está compuesta por jóvenes pobres, negros y moradores de comunidades. Los encuentros de las ruedas de conversación ponen en escena experiencias de vida de los alumnos que vienen a ser criminalizadas por prácticas y discursos sociales, y que parecen reiterados por las escuelas. El objetivo de la investigación es reflexionar sobre cómo estos alumnos vivencian los

procesos de marginación y criminalización en que están directamente implicados, como tales experiencias se presentifican en sus palabras y cómo reverberan en la producción de sus subjetividades.

Palabras claves: Juventud; Racismo; Criminalización de la pobreza.

Abstract

This article presents a study that focuses on the processes of marginalization and criminalization of youth, analyzing their effects on the production of subjectivity of the young people affected by them. The research uses as a methodology conversation with young people aged 13 to 17 enrolled in public schools in the city of Rio de Janeiro, from the insertion of one of the authors as a psychologist of said network. It is worth noting that most of the clientele of such schools are poor, black and community dwellers. The meetings of the talk wheels put on the students' life experiences that are criminalized by social practices and speeches, which seem to be reiterated by the schools. The purpose of the research is to reflect on how these students experience the processes of marginalization and criminalization in which they are directly involved, how these experiences are present in their speeches and how they reverberate in the production of their subjectivities.

Keywords: Youth; Racism; Criminalization of poverty.

Introdução

O início da escrita deste trabalho coincide com a notícia divulgada em um telejornal local, relatando a prisão de um jovem no centro da cidade do Rio de Janeiro. A chamada da notícia dizia: “Jovem é preso por desacato, desobediência e resistência no centro da cidade”. Tratava-se de um jovem negro abordado pela polícia, que se recusava a acompanhar os agentes à delegacia.

A escrita é acompanhada, então, pela inquietação com a notícia e com a multiplicidade de sentidos que ela elicia, em particular com aquilo que é interpretado como atos de resistência e desobediência – sobretudo porque estes são termos que usualmente endereçam às concepções de crime ou infração. O que representariam a desobediência e a resistência de um jovem pobre e negro? Como os atos de resistência e de desobediência são dados a ver em nosso meio, em nossos tempos?

Atuando enquanto profissionais de psicologia na rede de educação do município do Rio de Janeiro desde 2008, em grande parte das vezes somos convocadas a atender solicitações de professores que dizem respeito ao mau comportamento dos alunos. Aquilo que recebe o rótulo de mau comportamento é normalmente

descrito como violência, indisciplina, desinteresse, delinquência, má-educação, falta de valores, dentre outros. Acompanhadas destas categorizações aparecem recorrentemente falas que, de maneira geral, culpabilizam os alunos e suas famílias, desqualificando-os e individualizando uma enormidade de questões políticas e sociais que seguem encobertas por um projeto que tem obtido êxito em escolher “bodes expiatórios”.

As solicitações das escolas, desde o início do trabalho, apontavam na direção de situações de insubordinação, insubmissão, rebeldia e descumprimento de regras. Eram, portanto, os desobedientes encaminhados aos grupos de alunos, coordenados por profissionais de psicologia da Secretaria de Educação para assessorar as unidades escolares em suas dificuldades. É com esse perfil que, há cerca de 3 anos, vêm sendo realizadas rodas de conversa com alunos matriculados na rede, com idade entre 13 e 17 anos, com o objetivo de colocar em discussão recorrentes casos de violência e indisciplina dentro das escolas. A clientela, como mencionado, é de jovens, e estes são majoritariamente negros, pobres e moradores de comunidades.

A partir de elementos críticos de análise dos processos de marginalização e

criminalização da juventude, e tendo em vista que os jovens alunos das escolas constituem o maior contingente atingido por esses processos, a prática das rodas de conversa serviu como campo de pesquisa para o mestrado da primeira autora. Assim, o objetivo do estudo, e do presente texto, é dar seguimento à investigação sobre como tais jovens vivenciam os mecanismos de marginalização nos quais estão diretamente envolvidos, como tais experiências se presentificam em suas falas e como reverberam na produção de suas subjetividades. Há uma aposta de que as rodas de conversa possibilitem que eles possam ganhar voz no espaço escolar e que assim possam contar e construir suas próprias narrativas, deslocadas do lugar marginal.

Durante as rodas de conversa, as falas desses jovens trazem à tona a dureza do encontro com os dispositivos de marginalização e criminalização. Seus relatos testemunham como vivenciam o choque com tais discursos, ao esbarrar com mecanismos mais ou menos sutis de suspeição.

De modo geral, suas narrativas exemplificam a dificuldade de circular em determinadas áreas da cidade, quando o comportamento daqueles que nelas circulam mais habitualmente expressa o preconceito social e econômico; não é raro, segundo o depoimento dos jovens, que certos olhares (de reprovação), certos gestos (de temor infundado) e algumas palavras (de reprovação aberta) não deixem dúvidas acerca do lugar social que eles ocupam (ou deveriam ocupar), inclusive dentro das escolas. São histórias contadas por quem vivencia na pele os mais cruéis efeitos do modelo de criminalização dos pobres: principalmente, os jovens negros e moradores da periferia.

Os processos de criminalização criam a figura do inimigo, legitimando e autorizando práticas violentas que controlam seus corpos, ora pela morte, ora pelo encarceramento, por intermédio de uma série de dispositivos de normalização que os mantêm sempre nas zonas de exclusão. Essas vidas - que foram

construídas para não importar – constituem os sujeitos deste texto.

Sobre jovens negros e pobres

Referindo-se à marginalização e à criminalização da juventude pobre no Brasil contemporâneo, Coimbra e Nascimento (2003) destacam alguns elementos do funcionamento do capitalismo liberal e neoliberal. Para as autoras, a organização neoliberal – no Brasil, inclusive – faz com que os segmentos mais pobres se tornem supérfluos no mercado de trabalho; com isso, tornam-se vidas sem valor.

A obra de Castel (1998) mostra que, com a dissolução da ordem feudal e a consolidação do sistema capitalista, tem início um processo migratório que culmina no crescimento populacional nas cidades, ocasionando um considerável aumento nos índices de desemprego, pobreza, pessoas sem residência fixa e diversos outros indicativos de pauperização dos modos de vida. Esse conjunto de elementos é convocado pelo autor para demonstrar o aprofundamento das desigualdades sociais em cenário mundial.

Para Kolker (2010), todos os sujeitos que não se enquadravam na nova ordem econômica acabavam empurrados para a miséria, tornavam-se mendigos ou ingressavam na vida do crime. Diante deste quadro, a mendicância, a vagabundagem e a delinquência, que antes se constituíam em estratégias eventuais de sobrevivência, passam a se tornar destinos quase inevitáveis.

No Brasil do início do século XX, essa mesma lógica se reproduziu, atingindo os adultos e as crianças, pobres ou recém libertos da escravidão, que vagavam pelas cidades. No que diz respeito às crianças jovens pobres, um alegado propósito de proteção e atenção as tomava como sujeitos na iminência do crime, e por isso mesmo perigosos. Assim, as políticas de assistência à pobreza terminaram por tutelar e estigmatizar esses grupos, adotando dispositivos de controle social que revelavam seu propósito primeiro: o controle social (Coimbra & Nascimento, 2003).

Para Coimbra e Nascimento (2003), naquele momento da história diversos saberes sociais produziram discursos e instituíram modelos onde grupos com determinados padrões de reconhecimento, aceitação e legitimação social teriam direito à vida, à dignidade e à cidadania plena. Era deixada à margem, contudo, uma enorme legião de crianças e jovens que não se encontrava em condições de compartilhar do funcionamento político-econômico em vigor, representando risco de desestabilização social e ameaça à ordem.

Na mesma direção, Soares (1996 citado por Coimbra & Nascimento, 2003) ressalta que, para a população pobre, restava um caminho previamente delineado que não deveria ser atribuído ao acaso: a constatação do alto índice de jovens pobres exterminados, quando não presos ou abrigados, estaria correlacionada ao projeto macropolítico que determinaria a exclusão de segmentos desfavorecidos.

Acompanhada da implantação de medidas neoliberais que vaticinam a redução do Estado e a precarização das políticas sociais, a exclusão da população desfavorecida acarreta crescente produção de insegurança, medo e pânico articulados ao crescimento do desemprego, da pobreza e da miséria. Esse cenário impossibilita que especialmente a população jovem se estabeleça no mercado de trabalho formal, tendo como única forma de sobrevivência o envolvimento com o tráfico e outros pequenos delitos, ampliando ainda mais a apartação social (Coimbra & Nascimento, 2003).

Compreendemos, com esse conjunto de autores, que a formação da riqueza e a acumulação de capital no modelo econômico em vigor intensificam os mecanismos de produção da miséria e da pobreza. Ao mesmo tempo, acentuam a lógica e a ética capitalistas, interpretando a miséria como produto da ociosidade, da indolência e de vícios que seriam inseparáveis da pobreza, e dos pobres, confirmando a lógica que sustenta a concepção segundo a qual é dos segmentos pobres que surgem os sujeitos perigosos e os marginais.

Na tentativa de buscar bases científicas que comprovassem a inferioridade de determinados segmentos, bem como o estado de perigo permanente imposto por eles, no início do século XIX vieram a público teorias racistas, eugênicas e do darwinismo social visando esterilizar, por diferentes vias, a população pobre. Esse segmento era percebido e tratado como detentor de moral duvidosa, que além do mais poderia ser transmitida pelos genes. Pregando a profilaxia da raça como caminho de cura dos males sociais que ameaçavam o saneamento moral do país, o eugenismo colocava-se abertamente contra os negros e os mestiços. Essas teorias, que queriam combater o mal que se alojaria no interior da pobreza, ganharam força nos mais variados setores da sociedade. Em decorrência, ganhavam larga aceitação social medidas as mais variadas, cujo alvo primeiro eram os pobres (Coimbra & Nascimento, 2003).

Assim, segundo Coimbra e Nascimento (2003), é que se consolidou a relação entre vadiagem, ociosidade, indolência e pobreza, bem como entre pobreza, periculosidade e violência. O caminho da profilaxia recomendava, adicionalmente, uma preocupação com as crianças e os jovens desassistidos já que, por pobres, estes são marginais por nascença; crescendo, passariam num futuro bem próximo a compor as classes perigosas. Raciocinando com o risco futuro, o eugenismo recomenda que crianças e jovens pobres sejam postos sob permanente vigilância.

A história da associação da pobreza à periculosidade e à marginalidade é útil para compreendermos as raízes de concepções ainda vigentes, que ancoram inúmeros episódios cotidianos através dos quais é reafirmado o caminho que leva nossa juventude negra e pobre às áreas de exclusão social, e para compreender que esses episódios invisibilizam e despolitizam as questões e os conflitos sociais.

Como diz Castel (1998), a problemática da população marginal termina por expressar e ocultar ao mesmo tempo questões sociais da

sociedade pré-industrial que persistem nos dias de hoje.

Ocultam-a porque a desloca para a margem extrema da sociedade, até fazer dela quase uma questão de polícia. Mas também permite reformulá-la, se acompanha, desde a origem da vagabundagem, a linha de ruptura que esta revela. Evidencia-se então uma espécie de efeito bumerangue da vagabundagem: o processo pelo qual uma sociedade expulsa alguns de seus membros obriga-a que se interroge sobre o que, em seu centro, impulsiona essa dinâmica. É essa relação encoberta do centro com a periferia que se deve agora tentar fazer aparecer. A lição poderá valer também para os dias atuais: o cerne da problemática da exclusão não está onde estão os excluídos. (Castel, 1998, p. 143).

Assim, enquanto não deslindarmos as questões “do centro para a periferia”, a criminalidade e a marginalidade continuarão sendo enfrentadas como questões individuais deixando intocável um contexto estrutural que segue lançando determinado segmento para as bordas do tecido social, alimentando as engrenagens da desigualdade, do encarceramento, da exclusão e de uma violência cada vez mais acentuada.

Em estudo sobre o tema da redução da maioria penal, Santibanez, Frattari e Oliveira (2015) examinam dados sobre a participação efetiva de jovens em práticas criminais, e as narrativas e construções sociais que alimentam certo clamor em favor de seu encarceramento, principalmente quando pobres e moradores de periferias, descontextualizando a montagem da violência articulada a aspectos políticos e sociais.

O modo como discursos punitivos vêm circulando socialmente lançam a juventude

pobre a uma condição que a aproxima do risco, da criminalidade e da violência. Como consequência recai sobre tal segmento o estigma da “bandagem”, o signo da suspeição, da culpa, do perigo iminente, da insegurança constante e de uma série de outras incivilidades. Tais práticas terminam por enredá-los num lugar estratégico de reprodução de desigualdades, mantendo-os desprovidos de direitos e exclusivamente visíveis para políticas de controle e punição (Santibanez, Frattari & Oliveira, 2015).

Sobre biopolítica e racismo

Voltando a Castel (1998), estamos de acordo que a problemática da marginalização da pobreza transforma questões sociais em questão de polícia. A nosso ver, essa lógica pode de fato ser transposta para os dias atuais, a partir de uma imensidão de casos. Apenas a título de exemplo, lembramos a iniciativa do atual governo do Estado do Rio de Janeiro, posta em prática pela polícia militar em setembro do ano de 2015 e que dava início à denominada “Operação Verão”. Naquela ocasião, grupos de jovens com “características suspeitas” foram impedidos de circular e chegar às praias da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro num domingo de sol. As intervenções foram amplamente noticiadas e, segundo a imprensa¹, aqueles grupos foram “recolhidos”, ainda que não houvesse flagrante nem indício de envolvimento em qualquer prática ilícita, e levados às delegacias. Eram em sua quase totalidade negros, pobres, oriundos de comunidades ou periferias e tudo indica que se tornaram suspeitos pela grave “ousadia” de tentarem chegar às praias frequentadas pela elite que não quer ser incomodada ou exposta ao “risco” da sua presença. Essa mesma prática se atualiza a cada ano, e espanta cada vez menos aos observadores de plantão.

A partir de situação similar, em pesquisa sobre o tema das juventudes marginais, Scisleski e Galeano (2018)

¹ Fonte <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/inicio-da-operacao-verao-tem-50-menores-atendidos-no-rio.html>

sustentam que a construção do(s) sujeito(s) perigoso(s) se articula à miséria e à exclusão enquanto categorias políticas. Tais categorias entram em jogo na criação de estratégias que definem aqueles que oferecem perigo e aqueles que devem ser protegidos, aproximando determinados sujeitos às figuras que devem ser temidas a partir de categorias socioeconômicas, de idade e de raça.

Relembrando os episódios dos ‘rolezinhos nos shoppings’, ocasião em que jovens moradores de periferias marcaram encontros em shoppings em diversas regiões do país por meio de redes sociais e foram impedidos por seguranças particulares com a ajuda da polícia de lá permanecerem, Scisleski e Galeano (2018) apontam que se evidencia aí não apenas a recorrente associação entre pobreza e perigo, mas principalmente que o crime e o perigo decorreriam de sua mera presença, quando não de sua própria existência. A hipótese se comprova quando vemos que, durante os “rolés”, os jovens foram proibidos de permanecer nos estabelecimentos sem que houvessem cometido qualquer infração. A lógica do medo, que advém daí, submete cotidianamente a juventude pobre a uma seletividade social que define os aptos a ingressarem e frequentarem determinados lugares e os inaptos, que têm a circulação impedida e tornam-se alvo de uma série de políticas e práticas violentas.

Na condição de titulares de uma hipotética periculosidade, não é preciso que esses jovens cometam qualquer delito para serem considerados ameaça. As concepções de periculosidade e de defesa social legitimam a intervenção sobre eles, inclusive com recurso à violência.

... assim, favelas e bairros populares são invadidos a qualquer hora e sob qualquer pretexto por uma polícia que extorque, forja flagrantes, tortura ou mata e é neste contexto que vai sendo construído o imaginário social que permite que grande parte da nossa população seja percebida como perigosa e por essa razão não seja vista

como beneficiária dos direitos mais essenciais... o objetivo é a aprovação da opinião pública a um tratamento maniqueísta da violência de acordo com a classe social da vítima ou a posição social do perpetrador. (Kolker, 2010, p. 186).

O discurso do capital é corroborado pela mídia, às vezes nas entrelinhas e às vezes de modo invisível; não obstante, seus efeitos são grandiosos, logrando excluir e estigmatizar a pobreza, especialmente entre os jovens (Coimbra & Nascimento, 2003). Esse discurso apela para o medo e, por seu intermédio, produz o consentimento do extermínio em nome da segurança. Essa lógica cria uma divisão entre a sociedade do bem - ordeira e civilizada - e os grupos do mal e da desordem - a população de criminosos e bárbaros. Em nome da própria proteção, os primeiros legitimam o encarceramento e a política da violência.

Analisando os modos de gestão da vida pelo poder, Foucault (2014) mostra que, no século XVIII, assistiu-se à passagem do poder da soberania, ou do modelo jurídico do soberano, ao biopoder, ou poder sobre a vida. O soberano possuía o direito sobre a vida das pessoas, detendo o poder repressor e opressor e sentenciando à morte quem julgasse merecedor. O soberano fazia morrer ou deixava viver. Com o passar do tempo, observa-se a transformação do direito político soberano, que passa a gerir o poder sobre a vida, conhecido como biopolítica. Institui-se o poder sobre as massas, sobre o corpo social, complementar ao poder exercido no direito clássico.

Diferentemente do trato com sujeitos legais estaríamos, a partir deste momento, tratando com sujeitos viventes, transpondo a disciplina do corpo individual para o controle regulatório da população. Mais do que reprimir, prender ou matar, tal política passa a operar constituindo grades não perceptíveis e rotinas físicas sutilmente determinadas em mecanismos diluídos de controle. (Foucault, 2014).

Na biopolítica, os marcadores são de outra ordem: o poderio econômico, a cor da pele. Assim, os mecanismos biopolíticos carregam em seu bojo os elementos fundantes do racismo moderno. Alguns hábitos e formas de viver passariam a ser desejados e legitimados enquanto outros não. Passa-se a observar uma base ideológica e genética que identifica, exclui, combate e deixa morrer em nome da melhoria de vida comum ao corpo social (Foucault, 2005). Quanto mais se permitisse a morte daqueles identificados como anormais, indesejados ou inferiores, mais seria permitido aos demais viverem melhor.

Na biopolítica este racismo é de crucial importância já que – a despeito da proposta de melhorar e prolongar a vida - fornece a concepção midiática que assegura o direito de matar. A questão racial, que num primeiro momento poderia ser pensada como biológica, desdobra-se e é progressivamente substituída pela temática ligada à classe social (Foucault, 2005). Tal temática acaba fazendo do racismo uma cisão social, com base na ideia de uma limpeza em andamento, sempre incompleta, produzindo mecanismos de normalização e guiando práticas que autorizam e legitimam a exclusão e a marginalização de determinados grupos, estabelecendo regras sobre quem deve viver e o que precisa morrer.

Para Zaccone (2015), essa construção cultural reafirma a incessante lógica do inimigo, num tipo de ‘linha de montagem de longa duração’ arraigada em códigos contemporâneos. Nessa lógica, os inimigos do Estado são compreendidos a partir da relação que estabelecem com o contrato social. A condição de inimigo passaria a se constituir pela ruptura do sujeito com as instituições sociais devido a uma conduta própria ou por sua (suposta) condição de perigo social, tornando-os por consequência indignos de vida. Os reconhecidos como inimigos, indignos da vida, são alvos de uma política construída e executada pelas classes dominantes, pelo aparato midiático, bem como por políticas de Estado militarizadas, que produzem de forma incessante discursos e práticas que não só defendem com grande intolerância uma cultura

punitiva, como também fabricam a cada instante os sujeitos a serem castigados.

O Atlas da Violência 2018, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), ao analisar a evolução das taxas de homicídio ocorridas na última década destaca os índices de violência contra a população jovem. Os dados identificam um grave panorama que se intensificou no último ano. De acordo com o documento, a violência letal contra jovens corresponde a 56,5% da causa de óbito de homens com idades entre 15 a 19 anos no Brasil. Quando considerados os jovens entre 15 e 29 anos, observamos em 2016 uma taxa de homicídio por 100 mil habitantes de 142,7, ou uma taxa de 280,6 se considerarmos apenas a subpopulação de homens jovens.

Os dados trazidos pelo IPEA e FBSP (2018) atualizam ainda o cenário de desigualdade racial no que tange à violência letal e às políticas de segurança no país. A pesquisa revela uma grande concentração desses homicídios entre a população negra. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente de vítimas de homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência e ao encarceramento do que os jovens não negros.

Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a grandeza da desigualdade racial no país. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países distintos. Em 2016, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%) crescendo 23,1%, enquanto no mesmo período, a taxa de mortes violentas entre os não negros teve uma redução de 6,8%. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2018).

Referindo-se aos altos índices de homicídios de jovens em uma das maiores e

mais desiguais capitais do país, Barros e Benício (2017) problematizam os processos de subjetivação em jogo na aceitação das mortes violentas de jovens pobres, negros e moradores de periferia. Segundo a pesquisa, em grande parte das vezes justificadas em nome da defesa da sociedade e do bem comum, tais mortes terminam por funcionar como um dos principais dispositivos de controle social de populações e territórios estigmatizados e pauperizados. Os homicídios de jovens pobres e negros deixam patente sua seletividade e respaldam-se em eficientes produções simbólicas que mantêm estas juventudes assujeitadas por mecanismos de criminalização, silenciamento e exclusão. A permanente conexão entre juventude, pobreza e periculosidade social, consolidada em nosso país, faz nascer e se instaurar de modo eficiente a figura do “inimigo público” respondendo às políticas de gestão das desigualdades sociais.

Como comentam Gonçalves e Garcia (2007, p. 550) tais jovens “[...] se percebem sob permanente e ameaçadora vigilância; sabem que, ao menor deslize, verão esfumados seus anseios de estudar, trabalhar e de se tornarem, enfim, cidadãos”. Sob essa lógica, a figura do inimigo produz-se e reproduz-se incessantemente.

Voltando a Zaccone (2015), é possível percebermos que os indignos de vida, inimigos em questão, se inscrevem no dispositivo da biopolítica anunciado por Foucault: ‘fazer viver, deixar morrer’ e ‘deixar viver, fazer morrer’. Diante de igual construção, a sentença está dada a tais jovens: devem ser exterminados! A partir da racionalização e do consentimento da existência de vidas matáveis, construídas e reafirmadas na figura do inimigo, tal procedimento torna-se legítimo e de certa forma autorizado sob a argumentação de que esses sujeitos colocariam em risco a própria existência dos indivíduos ditos de bem.

Como situa Agamben (2014, p 133), trata-se da condição do *homo sacer* e da vida nua, vidas absolutamente matáveis que não se configuram como homicídios, mas legitimam-se em nome de um poder soberano e de um bem

maior. “Existem vidas humanas que perderam a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, tanto para o portador da vida como para a sociedade, perdeu permanentemente o valor.”.

Seguindo as pistas de Agamben, Vicentin (2002), levanta questionamentos a respeito dos processos e dos dispositivos políticos que levam determinados grupos a serem privados de seus direitos cotidianamente, a ponto de não ser considerado crime qualquer ato cometido contra suas vidas. Historicamente esses grupos coincidem com os sujeitos localizados na base da pirâmide social.

Discutindo o conceito de vidas sem valor, ou indignas de serem vividas - a vida nua do *homo sacer* - Agamben (2014) sugere que a politização da vida, inclusão da vida nua nos domínios do poder soberano, implica a decisão sobre qual vida deixa de ser politicamente relevante e pode ser impunemente eliminada e qual vida tem valor. Ao tornar-se valor político, a vida passa a apresentar a questão do desvalor, noção incorporada e legitimada pelo corpo social. Para o autor, toda sociedade fixa tais limites demarcando quais vidas podem ser vividas e quais são matáveis.

Não estariam assim, os jovens pobres, como os alunos das escolas, suscetíveis a serem vítimas de mortes violentas num grau sem precedentes? Não estaríamos diante de uma conjugação que coloca em cena a morte e a tortura de certo segmento da juventude como banal e como efeito máximo da biopolítica foucaultiana? (Vicentin, 2002).

Rodas de conversa com jovens negros e pobres

As rodas de conversa, como já mencionado, são realizadas em resposta a um pedido de trabalho a respeito da violência e indisciplina com jovens matriculados no 2º segmento do ensino fundamental (6º ao 9º ano) da rede com idades entre 13 e 17 anos. As escolas onde a ação é realizada são indicadas pelo Nível Central da Secretaria de Educação

do Município ou pela Coordenadoria Regional de Educação.

Os alunos que participam dos encontros são selecionados pela direção da escola e indicados em conjunto com os professores. De modo geral, são priorizados os alunos envolvidos em recorrentes situações de violência e indisciplina, e que demonstram ‘grande desinteresse’ pelo espaço escolar. Apesar da indicação dos profissionais da escola, a permanência dos alunos nos encontros não é obrigatória. A participação, entrada e saída do grupo, é discutida sempre que necessário com os jovens. Os encontros, salvo contratempos como provas, feriados ou operações policiais no entorno da escola (que impedem ou dificultam a chegada dos alunos e dos profissionais), têm periodicidade semanal e funcionam como oficinas com a utilização de textos, vídeos, filmes e músicas. O planejamento é aberto: cada encontro dá indícios para a organização e seleção de temas, assuntos e abordagem do seguinte, e assim sucessivamente.

Podemos perceber que na maioria das vezes a expectativa dos profissionais da escola é de que a equipe tome para atendimento clínico os “alunos problemáticos”, já que de modo proeminente as dificuldades de aprendizagem, o desinteresse, o mau comportamento e as inaptações dos alunos são compreendidos como problemas individuais e psicológicos, apartados da escola enquanto instituição social e com relações próprias. As referidas dificuldades seriam resolvidas a partir da intervenção de especialistas em favor da disciplina e da restauração da ordem.

Cunha e Bicalho (2018) nos lembram, com a ajuda de Foucault, que a partir de uma genealogia histórica é possível compreendermos o funcionamento da instituição escolar. Analisando seu advento na sociedade disciplinar, junto a instituições que tinham por objetivo enquadrar e normatizar os indivíduos produzindo corpos dóceis e submetidos, é possível imaginar o lugar reservado aos alunos insubmissos e

desobedientes que não cabem em suas normas e regras.

Pensando o modo como a psicologia vem sendo convocada a atuar no espaço escolar, Prudêncio, Gesser, Oltramari e Cord (2015) desenvolveram um estudo identificando as expectativas com relação ao fazer do psicólogo neste campo. Segundo eles, na história da psicologia brasileira convivem enfoques distintos de atuação nas escolas. A que permanece em destaque, todavia, centra-se na dimensão individual e atribui os problemas e dificuldades cotidianas a distúrbios inerentes ao próprio educando, que se torna objeto de normalização.

Esse panorama dá norte à forma como chegam os pedidos para inclusão dos alunos rebeldes e recalcitrantes nas rodas de conversa. Tal perspectiva embasa o desejo de uniformização de bons comportamentos e de adequação às normas da escola corroborando o processo que invisibiliza questões sociais e políticas, também presentes no processo de escolarização e convidando a psicologia a atuar enquanto prática de correção.

Neste sentido, as questões que perpassam a escola são transformadas em comportamentos a serem disciplinados e neutralizados enquanto o psicólogo passa ao lugar de profissional capaz de resolver a problemática presente de forma imediata, a partir de atendimentos individuais que em nada teriam a ver com o modo de operar da instituição escolar (Prudêncio, Gesser, Oltramari & Cord, 2015).

Considerando este ideário, o trabalho tem início em cada unidade escolar no começo de cada ano letivo com cerca de 15 a 20 alunos, é suspenso no período do recesso escolar de julho, retomado em agosto e finalizado na proximidade das férias escolares de fim de ano. No começo do ano, quando tem início a atividade, são apresentados o projeto de trabalho e os objetivos, bem como a proposta de fazer desses encontros campo de pesquisa sobre o tema da criminalização e marginalização da juventude com assinatura

dos termos de assentimento e de consentimento livre e esclarecido (TCLE) por alunos e responsáveis respectivamente.

Durante o ano letivo de 2015, conduzimos um grupo em rodas de conversa com cerca de 15 jovens que tinham entre 13 e 16 anos, em uma das escolas da rede municipal de educação, localizada em uma comunidade da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Como de costume, o trabalho teve início com a encomenda de que discutíssemos, junto a alunos e professores, questões ligadas à violência e à indisciplina.

Dentre os diversos assuntos tratados nos encontros, foram ouvidas falas que indicavam grande fascínio destes jovens por bens de consumo e ‘roupas de marca’ e que pareciam significar o único passaporte para terem a circulação garantida não só entre seus grupos, mas também em espaços fora do que lhes era habitual. Um dos alunos certa vez, ao relatar ter vivenciado uma abordagem policial, contava-nos a violência com que havia sido interpelado concluindo, em seguida, que havia sido tratado de tal forma por ser ‘favelado’, pela ação ter-se dado nas proximidades da comunidade onde vivia, e ainda por ser negro.

A partir dali, discutimos a situação mencionada anteriormente, de determinados grupos de jovens vindos de áreas periféricas da cidade serem abordados e impedidos de chegar às praias da Zona Sul da cidade num fim de semana. Na ocasião e nos encontros que se seguiram, foram trazidas por eles dúvidas e questões a respeito da redução da maioridade penal, de preconceitos sofridos e presenciados e outras situações relatadas por conhecidos e familiares da mesma faixa etária.

Durante várias semanas saíamos da escola nos perguntando sobre os efeitos de um discurso que considera jovens pobres como aqueles perigosos, criminosos e descartáveis. Perguntávamo-nos sobre as consequências, para cada um deles, de constatar a cada situação o quanto valiam suas vidas, o quanto era cruel

o discurso do capital, bem como o imperativo para que se adequassem e se conformassem à sua condição de excluídos e à parte da cidade que lhes cabia: a periferia, caso quisessem evitar risco.

Perto do período de concluirmos o trabalho naquela unidade escolar, ao chegarmos para mais um encontro com os alunos, fomos informadas pela professora da turma que um dos meninos havia sido morto no último fim de semana numa abordagem policial nas redondezas da comunidade onde vivia. Era Andrei², jovem de 16 anos, negro e morador de uma favela próxima. Morava com uma tia, seu pai era desconhecido e sua mãe alcoolista, condição que a fazia, sem tratamento, passar dias fora de casa, desaparecida. Na época ele mesmo, sozinho, insistiu para que sua matrícula fosse feita naquela escola, já que não havia quem se responsabilizasse legalmente pela inscrição. Ele se orgulhava de ter um casaco de ‘marca’ comprado com dinheiro de seu trabalho, o que permitia que fizesse sucesso no baile. Ele se divertia pintando com tinta guache e, “atrevidamente”, questionava o funcionamento da escola e os investimentos da Prefeitura nos alunos. Um desobediente que teimava em existir!

Segundo a professora, enquanto a polícia afirmava tratar-se de um assaltante, a família seguia uma peregrinação até a escola com o objetivo de comprovar que o jovem estava matriculado, frequentava as aulas e ainda trabalhava no período da tarde. Posta a equação ‘pobre+ favelado+negro+ jovem = crime’, era necessário comprovar os bons antecedentes da vítima.

Sim, parecia para aquele grupo de jovens, ser esta mais uma confirmação do que estavam pensando e dizendo sentir e vivenciar durante o processo de trabalho: eram descartáveis, vida nua, sem valor! Sua condição social e econômica parecia definir o que teriam e o que seriam diante da vida.

² Nome fictício

O que pensar a partir disso, já que estávamos ali, profissionais tão mobilizadas quanto eles? Como sustentar com eles modos diversos de vida e possibilidades de lidar com aquilo que de uma vez por todas sabiam ser o mundo real? Que afetos tomam um jovem ao identificar-se ocupando o lugar de inimigo da sociedade, ao ver sua condição social e econômica associada ao lugar de inimigo do corpo social, à delinquência, ao perigo, ao crime e ao desvalor?

Trazendo o conceito de sujeição criminal, Misse (2010) discute o processo que associa indivíduos com determinadas características sociais a um curso de incriminação e suspeição de agentes. Trata-se da correlação entre a acumulação do que o autor chama de desvantagens sociais e a criminalização preventiva de certos indivíduos. O processo liga sujeitos em tais desvantagens (pobres, moradores de comunidades ou periferias, negros e com postos de trabalho entendidos como inferiores) a mecanismos de “criminação”, o que termina por desenvolver um persistente sistema de criminalização de uma parcela da população, construindo certa cultura associada a esses sujeitos.

O produto da sujeição criminal não se resume a rótulos arbitrários atribuídos individualmente a sujeitos criminosos, mas seria ampliado como uma potencialidade a todos os indivíduos com características semelhantes às dos tipos sociais frequentemente suspeitos e acusados. Como resultado, chegar-se-ia à incriminação preventiva de determinados agentes com base nas características sociais que lhes são atribuídas. A sujeição criminal seria assim o resultado de um processo que acaba por constituir subjetividades, identidades e subculturas de determinada categoria de indivíduos incluindo designações que produzem uma exclusão criminal através de acusações a indivíduos que se encaixam na classificação de potencial criminoso (Misse, 2010).

Diante de severas modalidades de sujeição criminal capilarizadas em nosso

cotidiano, seguimos as contribuições de Vicentin (2002) que destacam que nem sempre os jovens envolvidos em tais mecanismos enveredam pelas trilhas da disciplina e da pacata submissão aos dispositivos criminalizantes. Alguns, ao contrário, envolvem-se em rituais de rebeldia e insubordinação, apresentam comportamentos inconformistas e participam de revoltas coletivas nomeadas de diversas maneiras (violência, desobediência, delinquência, indisciplina, dentre outros). Esses atos são compreendidos como movimentos contra as normas sociais, mas que parecem reivindicar direitos singulares e modos de se manterem vivos, já que vivenciam diariamente um *modus operandi* que se estabelece contra eles tendo em vista neutralizá-los a qualquer preço.

Trata-se de crianças e jovens hábeis a fazerem frente a inúmeros esforços que visam a homogeneização e o esmagamento de suas particularidades a partir de modos de violência explícita e de dispositivos disciplinares e de controle (Perlongher, 1986 citado por Vicentin 2002). Tais comportamentos constituiriam mecanismos de recusa ativa da condição marginal da juventude diante de uma organização que não lhes oferece lugar social diverso ao da submissão a um modelo de produção excludente.

Em nome de defender modos autônomos de vida e de garantir sua existência, a juventude marginal parece declarar guerra a todas as formas de aniquilamento, inventando maneiras de ganhar a cidade. Sua rebeldia e desobediência parecem reivindicar o direito à diferença cavando pontos de ruptura e resistência ao massacre da cultura dominante (Vicentin, 2002). Enquanto aponta as rebeliões no interior de unidades de socioeducação de São Paulo como uma forma dos jovens darem visibilidade e respostas a relações institucionais e estruturais, Vicentin (2002) destaca ser este o lugar de aparecimento possível destes jovens.

Ouvindo os meninos e meninas que frequentam as escolas da rede municipal de educação, podemos concordar que “para quem vive um cotidiano de ‘ser nada, ninguém’, o

esforço de presentificação é imensamente importante” (Vicentin, 2002, p. 39). A partir dos modos de desobediência, violência e indisciplina, esses jovens alcançam o aparecimento possível.

Seriam atos de resistência e sobrevivência para não serem tragados por mecanismos de marginalização que os hiperterritorializam nos signos do desvalor. Campos de potência reveladores quanto às formas desses jovens entrarem nos jogos de poder imprimindo políticas de desobediência, de luta e resistência às suas existências. “Em condições onde a vida é suprimida ou tomada como objeto, não são as rebeliões a afirmação da potência de viver?” – questiona Vicentin (2002, p. 131)

Torna-se fundamental não deixarmos que se perca o caráter político dos atos de desobediência e resistência, deslocando-os do lugar exclusivo da delinquência, do crime e da infração, como noticiado no telejornal que habitou o início da escrita deste trabalho. Cabe aqui o esforço de traduzir tais atos como estratégias de oposição e reação contra forças que tendem a aniquilar corpos e existências pobres em nome de um biopoder que ‘desqualifica determinados modos de vida’ em favor de um bem comum.

Entendemos a subjetividade como em constante processo e emergindo dos agenciamentos coletivos, sendo fabricada e modelada no registro social com seus múltiplos atravessamentos, não se situando unicamente no campo individual (Fraga, 2011).

Consideramos assim, que a produção de subjetividade é forjada a partir das relações, no encontro com o que vem de fora, devendo ser pensada como um sistema constituído não só pelo sujeito, mas também pelas relações que ele estabelece. Diante disso, como seria para a juventude pobre, construir sua posição no mundo tendo como pressuposto este olhar, esta concepção que antecipa comportamentos e formas de ser, entendendo-os como criminosos?

Já que as relações sociais apontam a exterioridade de forças que incidem sobre os sujeitos e atuam de modo transversal ligando processualmente a subjetividade a arranjos do coletivo, como produzir novos agenciamentos numa sociedade que vê tais jovens a todo tempo com um olhar criminalizador? Como desconstruir junto deles lugares consolidados por processos históricos seculares? Como produzir novas rupturas de sentido descoladas de tais estigmas indagando outras possibilidades de existência?

Tomadas por tais inquietações entramos a cada vez na escola para realizar os encontros das rodas de conversa com esses jovens. Lembrando Foucault (2003) em ‘A vida dos Homens Infames’, somos tomadas pela missão de conhecer, apresentar, fazer falar aquelas existências e não representá-los apenas como objetos de pesquisa. Vidas breves e singulares, cujas aventuras e desventuras são capturadas a todo o momento por mecanismos e discursos de poder e reduzidas à marginalidade, à desobediência e a impotência.

Ao iniciar o texto ‘A vida dos homens infames’ o autor destaca não se tratar de um livro de história, mas de uma antologia das existências. Foucault (2003) destaca tratar-se da aproximação de vidas que clamavam por serem verdadeiramente ouvidas e por encontrarem espaços em meio a violência dos discursos que sobre eles se exercia, reduzindo-os a criminalidade e a diagnósticos.

Nossos esforços sempre seguiram pelo caminho de ofertar escuta àqueles jovens. Escutá-los lá, do lugar de onde falam. Dar lugar àqueles vidas que só ganham existência quando tocadas pelo controle, pela significação da indisciplina, do desinteresse e da violência. Ao nos aproximarmos daqueles meninos e meninas, assim como Foucault (2003), pretendíamos ouvir existências reais, dar-lhes lugar e possibilitar que verdadeiramente aparecessem por trás daqueles encaminhamentos e de pedidos de ajustamento. Jovens que só ganham espaço na escola, e socialmente, através de mecanismos de desqualificação.

Não tendo sido nada na história e sequer tendo desempenhado algum papel apreciável nos acontecimentos ou na sociedade, em torno deles não há qualquer vestígio que possa ser referido, eles não têm e nunca terão existência senão ao abrigo precário dessas palavras, do controle (Foucault, 2003). Tais mecanismos produzem uma juventude que parece não existir descolada do mau comportamento e do descrédito, sobrevivendo apenas no encontro com um poder que visa senão aniquilá-las, pelo menos apagá-las.

Considerações Finais

A proposta das rodas de conversa é pôr em análise experiências de vida que vêm a ser desqualificadas por meio das práticas e discursos de criminalização e marginalização, partindo da escuta dos próprios sujeitos envolvidos no processo, ou seja, jovens matriculados da rede de educação do município com idades entre 13 e 17 anos, pobres, moradores de comunidades, negros e que protagonizam recorrentes episódios de violência e indisciplina no espaço escolar. Propomos ainda a reflexão sobre como tais experiências estão implicadas na produção de suas subjetividades e como construir saídas a um destino que lhes era dado como certo – ‘o lugar do nada, da impotência, da criminalidade’.

Durante o trabalho com os jovens os efeitos desses mecanismos de criminalização e marginalização têm se mostrado evidentes. No entanto, a organização do grupo tem aberto possibilidades para que eles ocupem outros espaços e desterritorializem lugares instituídos por discursos dominantes. Tem sido possível identificar pontos de um "poder secreto e admirável de embaralhar os códigos, subverter as regras do jogo e transpor ou deslocar os limites" (Pelbart 1986 citado por Vicentin 2002).

Por entendermos, como Nascimento (2015), que a produção de subjetividade é processual e que os indivíduos encontram-se em constante devir, nunca impermeáveis e

engessados em formas estanques e preestabelecidas, é que ousamos subverter os discursos que colocam tais jovens em territórios de identidades fixas oferecendo-lhes novas formas de ser no mundo.

Os ‘piores’ alunos da escola têm proposto atividades para os encontros, tem descoberto e falado sobre assuntos de seus interesses e participado de maneira entusiasmada. O fato tem causado surpresa no corpo docente da escola, afinal não seriam aqueles meninos e meninas indisciplinados, desinteressados e oriundos de famílias que não reconhecem o valor da escola? Não seria a contenção de corpos, para que não matassem aula e não se envolvessem em brigas e em atos de desordem, o único trabalho possível com aqueles jovens?

Para os alunos, o trabalho nas rodas de conversa tem funcionado como a possibilidade de também se reconhecerem ocupando outros lugares que não o dos indisciplinados e desordeiros construindo outros lugares sociais descolados de tais estigmas. Da unidade de um lugar marginal a abertura para multiplicidades.

Vem sendo organizada no grupo uma mostra onde serão apresentados para a escola, além dos temas que vêm sendo discutidos nos encontros através de um jogo de perguntas e respostas, músicas, receitas de culinária, teatro de fantoches e dança. Começam a aparecer aí outros significantes para referir esses meninos antes apenas designados pela infâmia.

Para finalizar, consideramos que com a construção de novos possíveis, dá-se lugar a criações, invenções e a mecanismos de sobrevivência e resistência às exclusões e devastações que esses jovens vivenciam cotidianamente, fortalecendo-os em seus movimentos para que encontrem saídas para sobreviver ao destino traçado pela lógica hegemônica excludente. No lugar de delinquentes e desobedientes tem sido possível inaugurar outros modos de vida e assistir a insurgência de poetas, músicos, cozinheiros, contadores de história, produtores de jogos e tanto mais que pudermos apostar.

Referências

- Agamben, G. (2014). *Homo Sacer – Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Barros, J. P. P., & Benício, L.F.S. (2017). “Eles Nascem para Morrer”: Uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, 8(2), 34-43. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19313>
- Castel, R. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário* (12ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Coimbra, C., & Nascimento, M. L. (2003). Jovens Pobres: O mito da Periculosidade. In P. C. P. Fraga (Org.), *Jovens em Tempo Real* (pp.19-37). São Paulo, SP: DPA.
- Cunha, T.C., & Bicalho, P. P. G. (2018). Por uma Concepção Política de Conflito Escolar. *Revista de Psicologia*, 9(1), 70 - 80. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/20508>
- Foucault, M. (2003). *A vida dos homens infames*. Recuperado de <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-a-vida-dos-homens-infames.pdf>.
- Foucault, M (2005). *Em Defesa da Sociedade* (4ª ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M (2014). *História da Sexualidade – A Vontade de Saber I*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Fraga, C. F. (2011). *Violência do Estado nas Favelas: Quem são os “perigosos”?* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- Gonçalves, H. S., & Garcia, J. (2007). Juventude e Sistemas de Direito no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(3), 538-553.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2018). *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/storie/s/PDFs/relatorio_institucional/180614_atlas_2018_retratos_dos_municipios.pdf.
- Kolker, T. (2010). A atuação dos psicólogos no sistema penal. In H. G. Gonçalves, & E. P. Brandão (Orgs.), *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp. 157 – 204). Rio de Janeiro, RJ: Nau.
- Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, s/v(79), 15-38. doi: [10.1590/S0102-64452010000100003](https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003).
- Nascimento, M. L. (2015). *Proteção e Negligência – Pacificando a vida de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Aliança.
- Prudêncio, L. E. V.; Gesser, M.; Oltramari, L. C., & Cord. D. (2015). Expectativas de educadores sobre a atuação do psicólogo escolar: relato de pesquisa. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 19(1), 143-152. doi: [10.1590/2175-3539/2015/0191814](https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0191814).
- Santibanez, D. A. C. S., Frattari, N. F., & Oliveira, D. D. (2015). As narrativas do medo e a criminalização da juventude: o discurso punitivo contra adolescentes em conflito com a lei. *Revista Inter-Ação*, 40(2), 307-325. doi:[10.5216/ia.v40i2.32815](https://doi.org/10.5216/ia.v40i2.32815).
- Scisleski, A. C. C., & Galeano, G. B. (2018). Pesquisa-Intervenção e Juventudes: Enredando a Produção de Vidas Marginais. *Revista de Psicologia Universidade Federal do Ceará*, 9(1), 18-29. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/20631/71584>.
- Vicentin, M. C. G. (2002). *A Vida em Rebelião – Jovens em Conflito com a Lei* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Zaccone, O. (2015). *Indignos de Vida: A Forma Jurídica da Política de Extermínio*

de Inimigos na Cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, RJ: Revan.

Dados sobre os autores:

- *Cláudia Gonçalves*: Psicóloga da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro, Especialista em Psicanálise e Saúde Mental pela UERJ e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia UFRJ.
- *Hebe Signorini Gonçalves*: Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre a Infância e Adolescência Contemporâneas e do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero. Publicou *Infância e Adolescência no Brasil e Psicologia Jurídica no Brasil*, além de vários artigos no campo da Psicologia Jurídica.